



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 10, Issue, 07, pp. 38394-38399, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19370.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## O PAPEL DAS ESQUERDAS NO PERÍODO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

<sup>\*1</sup>Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias and <sup>2</sup>Marcelo Máximo Purificação

<sup>1</sup>Doutoranda em História pela UNISINOS-RS. Mestra em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-GO. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão

<sup>2</sup>Pós-doutor em Educação pela Universidade de Coimbra –UC. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Goiás

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 06<sup>th</sup> April, 2020

Received in revised form

11<sup>th</sup> May, 2020

Accepted 21<sup>st</sup> June, 2020

Published online 30<sup>th</sup> July, 2020

#### Key Words:

Periodontics Labial. Frenum.  
Diastema. Z Plasty.

\*Corresponding author: Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias

### ABSTRACT

Este artigo tem como objetivo realizar uma discussão bibliográfica das particularidades do papel das esquerdas no período que antecede o Golpe de 1964, principalmente as alianças entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Frente de Mobilização Popular (FMP). Para isso, confrontou-se, principalmente, os textos de Jorge Ferreira, Denis de Moraes, Carla Brandalise e Marluza Harres, a fim de perceber, no contexto do Golpe Militar de 1964, qual a concepção de esquerdas e os papéis assumidos por elas. Para tal discussão, utilizou-se metodologia de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa. Considerando-se a atuação de pressão exercida pelas esquerdas, representadas pelo Partido Comunista e a Frente de Mobilização Popular, pode-se perceber que contribuíram para o enfraquecimento do governo de João Goulart, antecipando assim o Golpe Civil-Militar de 1964.

Copyright © 2020, Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias and Marcelo Máximo Purificação. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias and Marcelo Máximo Purificação. "O papel das esquerdas no período do golpe civil-militar de 1964: o partido comunista brasileiro e a frente de mobilização popular". *International Journal of Development Research*, 10, (07), 38394-38399.

### INTRODUCTION

O Golpe Militar ou Civil-Militar de 1964 possui muitas interpretações sobre sua concretização. As ênfases percebidas na maioria dos discursos são de estratégias e manobras realizadas pelas direitas para tomar o poder. Teorias sobre conspirações internacionais para derrubar o "comunismo" que poderia ser implantado no país, mobilização pelos grupos de empresários, burocratas e sociedade civil organizada de direita, entre outros estudos, foram traçados para explicar o contexto desse período. No entanto, poucos autores se debruçam para confrontar a importância de quem eram as esquerdas, qual o papel e o posicionamento assumido por elas antes e diante do Golpe. A implantação de uma ditadura não se dá de forma imediata, conforme se observa no contexto histórico de outras tentativas que restaram infrutíferas. Deste modo, este trabalho tem como finalidade realizar uma discussão bibliográfica das particularidades sobre o papel das esquerdas para o Golpe de 1964, principalmente das alianças entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Frente de Mobilização Popular

(FMP) utilizando como suporte teórico os estudos de Jorge Ferreira, de Carla Brandalise e Marluza Harres bem como os de Denis de Moraes, com enfoque na seguinte problematização: no contexto do período que antecede o Golpe Civil-Militar de 1964, qual a concepção de esquerdas e os papéis assumidos por elas?

O texto se divide em três partes: a primeira aponta algumas interpretações que explicam como se deu o golpe de Estado; a segunda apresenta o contexto das esquerdas no período antecedente, principalmente quais eram as principais frentes esquerdistas; e por fim, na terceira parte discutem-se as alianças formadas pelo Partido Comunista Brasileiro e a Frente de Mobilização Popular e os papéis assumidos por eles no período que antecede o Golpe.

**As interpretações para um golpe de estado:** O autor Jorge Ferreira traz a proposta de demonstrar o papel representado pelas esquerdas no processo que culminou no Golpe de 1964. Existem muitos textos que explicam os motivos do golpe, mas

que não consideram a participação das esquerdas no processo de polarização política. Ferreira (2004) enfatiza que as esquerdas surgem dentro desse contexto como vítimas de um processo duplo, porque:

[...] por um lado, estiveram em grande desvantagem por acreditarem nas instituições democráticas, enquanto as direitas utilizavam o recurso da conspiração para atentar contra o regime; por outro lado, quando poderiam ter a oportunidade de reagir e derrotar os conservadores, o presidente João Goulart decidiu não resistir. (FERREIRA, 2004, p. 182).

No entanto, há um consenso que as direitas se mobilizaram no sentido de conspirar contra a democracia. Essas direitas são formadas, também, como afirma Ramírez (2012, p. 64), por:

Diversos setores da sociedade civil [que] estiveram na primeira fila durante os golpes de Estado e nos governos autoritários que se constituíram a posteriori, seja apoiando-os ou deles participando diretamente, algumas vezes de forma mais aberta, em outras encobertas. E, se bem que não fossem as armas principais, sua articulação por trás dos bastidores foi central em muitos casos, motivo pelo qual se torna relevante conhecer sua forma de agir.

Ressalva-se que a deflagração de um golpe é circunstanciada por vários processos e com a “união” de grupos que almejam o poder com a finalidade de obter as vantagens para sua manutenção financeira e econômica, primordialmente. Deste modo, Ramírez (2012, p. 71) aponta que:

As quebras institucionais têm data e hora marcada, mas os processos que as engendram são de origem difusa, muitas vezes imbricados profundamente com a matriz política dos países, motivo pelo qual a sua compreensão deve levar em consideração essa perspectiva de longo prazo, que nos ajuda a avaliar melhor as forças que estão em jogo. Um exemplo disso é o caso brasileiro, no qual o general Olympio Mourão Filho se apressou em deflagrar o golpe, mas não conseguiu capitalizar o fato, passando o poder às mãos de outros grupos golpistas que operavam paralelamente.

Outra interpretação possível era que o golpe foi “fabricado” pelas estruturas, não havendo participação nem da direita nem da esquerda. Ferreira (2004, p. 183) aponta que “o determinismo econômico elimina os atores coletivos e seus conflitos. O enfoque estruturalista, embora travestido de marxismo, desconsidera o acirramento da luta de classes durante o governo Goulart e torna irrelevante o próprio golpe militar”. Por isso, o que existiu foi uma crise de padrão de acumulação, também nomeada de populismo. Ou, ainda, uma interpretação que omite qualquer atuação da esquerda trazendo à baila a “Grande Conspiração”. Esta interpretação aponta para alianças formadas entre grupos conservadores e direitistas brasileiros com setores empresariais e governamentais dos Estados Unidos. E “a culpa sempre é do outro”? Ferreira (2004) traz apontamentos que o que ocorreu no ano de 1964 não teria sido a primeira tentativa de um golpe de Estado. Por diversas vezes, em 1954, 1955, 1961 houve outras tentativas, mas todas infrutíferas pois não encontraram apoio na sociedade. Para o autor, não basta criar uma teoria de conspiração, pois mesmo com o apoio de potências estrangeiras é preciso encontrar uma base social, que foi o que

ocorreu em março de 1964. Os revezes que o Partido Comunista teve com as esquerdas, na orientação de uma “nova política”<sup>1</sup>, que após o golpe militar de 1964 recebeu uma interpretação como um partido que “abandonou o projeto ‘revolucionário’, abraçando o ‘reformismo’” também ecoa como uma forma de enfraquecimento da esquerda (FERREIRA, 2013, p. 115). No entanto, percebe-se que tais práticas do Partido Comunista Brasileiro em abraçar o socialismo somente pelas vias pacíficas não eram efetivas, pois em nenhum momento se excluiu a possibilidade de uma revolução armada. Outrossim, sobre a atuação do então Presidente João Goulart, o Jango, existiram várias versões após o golpe que o definiram como “líder burguês, político dúbio e traidor da classe”. Contudo, para Ferreira (2004) essa colocação é simplista e teoricamente inaceitável, tendo em vista que não se pode afirmar que a incompetência de um único indivíduo possa proporcionar a implantação de uma ditadura que mudou a face do país. Outros, entretanto, percebiam em João Goulart um aliado das lutas sindicais e que, justamente por conta disso, o golpe teria ocorrido. Clodesmidt Riani, dirigente do CGT e do CNTI, citado por Moraes (2011, p. 36) afirmou na época que:

O Dr. Jango demonstrou em toda sua carreira política ser um homem digno, honesto, corajoso, humano, popular, progressista, de espírito democrático e nacionalista, dando seu apoio total aos movimentos populares. Era um aliado da classe operária através do movimento sindical. Foi o único presidente da República que ao viajar ao exterior incluía um representante dos trabalhadores em sua comitiva. (...) O golpe foi mais pelo que Jango fazia pela classe operária e pelo interesse nacional. (grifos do autor).

Moraes (2011) traz uma série de acontecimentos, dissensões, frentes contrárias que se apresentaram nas esquerdas, que teve um condão de enfraquecimento destas, e algumas atitudes que foram cruciais para que as direitas, por meio do alto escalão dos militares, tomassem o poder. É por isso que Ferreira, em seus estudos, faz uma observação importante:

As estratégias dos partidos e movimentos de esquerda, como a política de confronto com os conservadores e as mobilizações pelas ‘reformas na lei ou na marra’, entre outras escolhas marcadas pelo radicalismo e pela confiança excessiva, embora sem bases reais, de suas forças, desaparecem, surgindo, na segunda metade dos anos 60, versões que omitiram as suas atuações políticas no governo Jango e que, no mesmo movimento, as transformaram em vítimas (FERREIRA, 2004, p. 184).

A não coesão entre as esquerdas em relação ao motim dos marinheiros, as pressões da Frente de Mobilização Popular, encabeçada por Leonel Brizola, agregada a reunião agendada com o presidente Jango com suboficiais das forças armadas, fizeram com que se antecipasse o golpe militar? Moraes (2011), Ferreira (2004; 2013), Brandalise e Harres (2015) acreditam que estes acontecimentos foram cruciais para uma

<sup>1</sup> Ferreira aponta que “A nova orientação política foi um marco na história do PCB, permitindo a abertura do partido para a sociedade. A aliança com os trabalhistas nos meios sindicais, por exemplo, resultou na tomada da diretoria de vários sindicatos, federações e confederações, bem como na fundação de inúmeras intersindicais, culminando na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O partido cresceu, alcançando expressão na política brasileira”. (FERREIRA, 2013, p. 115)

medida mais urgente de implantação do golpe. Deste modo, é importante contextualizar as esquerdas no período do golpe de 1964, quem eram suas lideranças, como se relacionavam, suas alianças e suas tensões, o que será trabalhado nos próximos tópicos.

### O contexto das esquerdas no período do golpe de 1964

Esquerda e direita são categorias ligadas a um contexto político desde o período da Revolução Francesa, é uma díade que indubitavelmente permanece até os tempos atuais. Contudo, como afirma Norberto Bobbio (1995, p. 35), “Pode-se naturalmente replicar que os contrastes existem, mas não são mais os do tempo em que nasceu a distinção”.

Ainda se utilizando dos estudos de Norberto Bobbio sobre esquerda e direita, analisa-se que:

[...] o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar. (BOBBIO, 1995, p. 95).

Dentre as esquerdas no período do Golpe de 1964 estavam as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro — PCB, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes — UNE, Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop)<sup>2</sup>, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil)<sup>3</sup> e, também, uma pequena organização trotskista (Partido Operário Revolucionário – POR-T). (FERREIRA, 2004; 2013). As ligas camponesas tiveram sua fundação em Pernambuco na década de 1950, com a mobilização de trabalhadores rurais reivindicando reforma agrária e extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Moraes (2011) aponta que, no final de 1961, o rumo das ligas se alterou por influência de Cuba, culminando na “guerrilha das ligas”, que temiam uma intervenção militar no país, assim como ocorrera com a intervenção americana iminente em Cuba. Contudo, o esquema de guerrilha, que durou um ano, acabou falhando, pois “havia falta de unidade dentro das próprias Ligas” e “depois que organizações de esquerda (Polop, PCdoB, trotskistas) ampliaram as suas participações nas ligas”. (MORAES, 2011, p. 90). A UNE (União Nacional dos Estudantes) possuía um “coro reivindicatório” no período da reforma educacional. O Congresso aprovou no ano de 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que “obrigava o Estado a assumir os encargos do ensino público”, inclusive para o ensino superior. (MORAES, 2011, p. 49). A UNE não lutava somente por questões isoladas ao ensino:

O cardápio de lutas da UNE incluía itens como a reforma universitária e educacional, limitações ao capital estrangeiro, combate ao imperialismo, política externa independente, indisfarçável simpatia por Cuba, reforma agrária, efetiva participação dos trabalhadores nas decisões do poder público (MORAES, 2011, p. 50).

Os estudantes ligados à UNE também participavam de movimentos como o Movimento de Cultura Popular, bem como eram arregimentados junto às frentes políticas, da Ação Popular (AP) ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A UNE atuava nos programas de alfabetização do MEC; empregava energias nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo; procurava coordenar sua prática política com as demais correntes progressistas; e exigia de Jango o fim da conciliação com forças conservadoras. (MORAES, 2011, p. 51-52).

No dia 07 de outubro de 1963 é fundado o CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais) que reunia intelectuais da esquerda, sendo 13 integrantes da Comissão diretora: Alex Vieni, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édson Carneiro, Ênio Silveira (editor), Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix (secretário geral), Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira. Entre os principais objetivos da ação política do CTI estavam:

Apoiar as reivindicações específicas de cada setor cultural, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; b) participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira. (MORAES, 2011, p. 53)

Ferreira (2013, p. 118) aponta que:

Existiram diversos partidos, organizações, movimentos e frentes de esquerda que atuaram no governo Goulart, mas que receberam escassas referências na bibliografia especializada. A começar pelos nacional-revolucionários que, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seguiam a liderança de Leonel Brizola. Também no PTB atuava o Grupo Compacto, parlamentares independentes das lideranças de Goulart ou Brizola e que defendiam as reformas de base, sobretudo a agrária. Outra organização muito importante para a época foi a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), reunindo parlamentares comprometidos com o nacionalismo e as reformas. Partido pequeno, mas que atuava no campo das esquerdas era o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

No entanto, como descreve Moraes (2011), existia uma concorrência maior entre o PCB e PTB, na tentativa de controlar as cúpulas sindicais e interferir em suas políticas de ação. O PTB possuía mais recursos para arrebatar uma quantidade maior de adeptos, porém o PCB tinha uma influência maior nas categorias por sua “tradição de luta”, conseguindo convencer as camadas populares por apresentar dados estatísticos de custos de vida, dentre outros, que não era possível ao PTB por ser este o partido do governo. Ferreira enfatiza que no período parlamentarista, inclusive, foram adotados em relação ao presidente da República “o silêncio e a hostilidade”:

<sup>2</sup> Ferreira (2013, p. 118) enfatiza que “A Polop e a AP tinham maior expressão, mesmo assim no meio estudantil – não entre os operários e o movimento sindical”. A maioria de seus participantes era do movimento estudantil ou da juventude estudantil católica, sendo que tanto a AP, a Polop e o PCdoB “não concordava (sic) com a linha de política do PCB”. (MORAES, 2011, p. 76).

<sup>3</sup> Ressalva-se que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era muito embrionário no período, pois era um partido surgido de dissidência do PCB, não possuindo muita força. (FERREIRA, 2013).

Nos dois primeiros meses de 1962, não há, no jornal semanal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB, uma única referência ao presidente João Goulart. Sequer uma fotografia. O jornal do PCB ignorava sua existência. Somente na edição de março de 1962 Goulart foi citado pelo jornal, mesmo assim para ser duramente criticado por sua iniciativa de visitar os Estados Unidos (FERREIRA, 2013, p. 119).

Já em relação a Leonel Brizola, o jornal *Novos Rumos* tinha um posicionamento diferente, vez que este “defendia medidas nacionalistas, recusava alianças com o PSD e criticava Goulart por não realizar as reformas de base” (FERREIRA, 2013, p. 121). Foi Leonel Brizola que fundou a FMP (Frente de Mobilização Popular) para disputar com o PCB a liderança das esquerdas.

Participavam da Frente de Mobilização Popular:

[...] o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec); a UNE e a Ubes; o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, o POR-T, os nacional-revolucionários que seguiram a liderança de Leonel Brizola e segmentos de extrema-esquerda do PCB; a Frente Parlamentar Nacionalista; parlamentares do Grupo Compacto do PTB, do PSB e do Partido Social Progressista (PSP) (FERREIRA, 2013, p. 119).

Ferreira traz um destaque da liderança do PCB em relação a Brizola, antes mesmo dele fundar a FMP, pois percebiam a sua capacidade de liderança. “Propositadamente evitavam conflitos com Brizola e esforçavam-se para estabelecer aliança com a FMP. Em setembro de 1963, texto publicado em *Novos Rumos* marcava a posição do PCB em relação à frente liderada por Brizola”. (FERREIRA, 2013, p. 121). O movimento sindical até o ano de 1964 possuía uma atuação forte, no entanto, administrava vários entraves. Moraes (2011) traça um perfil de atuação deste movimento, no início da década de 60, enumerando sete pontos principais das situações vivenciadas: baixo índice de sindicalização das categorias assalariadas; engajamento nas lutas político-partidárias; envolvimento com o Governo Goulart; atuação da cúpula; concorrência entre o PCB e PTB, na tentativa de controlar as cúpulas sindicais e interferir em suas políticas de ação; multiplicação das greves no período do governo de Goulart em comparação ao período de Juscelino Kubitschek e as conquistas dos trabalhadores, principalmente a de fevereiro de 1964. Existia um baixo índice de sindicalização das categorias assalariadas, pois a maior parte dos sindicalizados era das chamadas categorias de “vanguarda”, como estivadores, marítimos, bancários, metalúrgicos, têxteis e ferroviários. Em relação ao envolvimento e engajamento nas lutas político-partidárias, o movimento sindical atuava com greves de caráter político, como por exemplo, em defesa da posse de João Goulart em 1961 e a greve geral de setembro de 1962, em prol do plebiscito que culminaria no retorno do presidencialismo. (MORAES, 2011). O envolvimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) com o Governo Goulart era de tamanha interação que chegava ao “clientelismo político”, na utilização

da máquina administrativa em benefício próprio. Fazendo uma reflexão do pensamento de Leônicio Martins Rodrigues, Moraes (2011) enfatiza que essa proximidade com o Executivo federal “criou uma ilusão de poder” e estimulou os sindicatos a “radicalizarem sua orientação política”. (idem, p. 35). Contudo, havia uma atuação que era da cúpula, que tinha uma representatividade junto ao governo, mas não junto à base de suas categorias. Moraes (2011) coloca em contraponto dois entendimentos contrários a essa situação, de Francisco Weffort que entendia a atuação da cúpula favorecendo mais os setores da indústria e o setor público, não conseguindo alcançar os setores operários, que eram os decisivos; e Hércules Corrêa (ex-membro do CGT) que entendia o movimento sindical como defensor de propostas e alternativas econômicas para o país, abrangendo a todos. Outra vertente verificada com as esquerdas no período foi a multiplicação das greves no governo de Goulart - 435 greves, em comparação ao período de Juscelino Kubitschek que teve 177 - e as conquistas dos trabalhadores, principalmente a de fevereiro de 1964, com o aumento do salário mínimo em 100%. (MORAES, 2011).

**As alianças entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Frente de Mobilização Popular (FMP)- o enfraquecimento do governo de João Goulart:** Antes de apontar as alianças entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Frente de Mobilização Popular (FMP), como os maiores representantes das esquerdas no período do Golpe Militar de 1964, cabe distinguir as fases vivenciadas por João Goulart, quais sejam, a fase parlamentarista, entre setembro de 1961 e a fase presidencialista que se deu após o plebiscito de 1963.

Durante o período parlamentarista, entre setembro de 1961, quando ele tomou posse na presidência da República, até janeiro de 1963 – com a vitória do plebiscito que o investiu de poderes presidencialistas –, Goulart não governou o país. Tratava-se de regime de gabinete. Portanto, as direitas não podiam denunciar Jango pela ameaça de ‘comunicação’ do país, nem as esquerdas acusá-lo por não efetivar as reformas de base. (FERREIRA, 2013, p. 119).

No período parlamentarista, portanto, como já mencionado, o Partido Comunista Brasileiro tratava com indiferença ou mesmo com críticas o Presidente da República João Goulart. O conflito principal entre as esquerdas e as direitas nesse período era sobre a reforma agrária e as negociações indenizatórias sobre as terras improdutivas ou não cultivadas. Por isso, “as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores nas ruas” [...] Atacando o Congresso e cobrando medidas imediatas de Goulart, as esquerdas avançavam em seu processo crescente de radicalização”. (FERREIRA, 2004, p. 192). Leonel Brizola, político gaúcho, pertencente ao PTB, mesmo partido de João Goulart e casado com a irmã deste, lutou pela Campanha da Legalidade, em defesa da democracia e a fim de investir na posse de Goulart como presidente do Brasil. No entanto, surge, em momento posterior, como uma grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, passando a pressionar Goulart pela agilização das reformas, sobretudo a agrária. (FERREIRA, 2004).

Brandalise e Harres apontam que:

Suas divergências, porém, com o governo Goulart aumentavam e o afastam do executivo federal. A

reivindicação pela rapidez na implementação das reformas, bem como a verve de confronto de Brizola impunham a Goulart uma ruptura com os grupos conservadores representados pela UDN e PSD, algo que o Presidente ainda buscava evitar, em nome de uma cada vez mais inviável composição. (FIGUEIREDO, 1993). O distanciamento se evidencia na recusa de Brizola em aceitar um cargo secundário no governo, o de Ministro de Obras Públicas. O ex-governador gaúcho almejava antes o Ministério da Fazenda, onde poderia forçar a implementação de suas concepções de política econômica e financeira. (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.89) (BRANDALISE; HARRES, 2015, p. 182).

Apesar de Brizola ser casado com a irmã de João Goulart e de ter realizado um esforço pela Campanha da Legalidade, este não media esforços para impor-se contra as alianças estrategicamente firmadas entre Jango e os chamados “imperialistas”. Brandalise e Harres (2015, p. 187) observam que:

Evidenciando as significativas dissonâncias quanto à interpretação e as formas de intervenção no momento histórico do pré-1964, críticas contundentes às ambições de Brizola surgem nas memórias do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes, entre elas os assim concebidos como formações armadas, os Grupos de Onze. Prestes admoesta o que via como excessos de Brizola, em sua oposição a Jango, sendo uma figura excessivamente radical.

Os discursos de Brizola sempre eram recorrentes em instigar o “clamor ao povo a se contrapor organizadamente às elites economicamente dominantes”, isso “torna-se uma constante em sua retórica” (BRANDALISE E HARRES, 2015, p. 183). É que Jango fez alianças com o PSD (Partido Social Democrático), o que era visto pelas esquerdas como uma política de conciliação com as elites dominantes, tido como muito negativo. Neste quesito, o PCB tratou de fazer alianças com a FMP, “recusando a opção política de Jango de buscar aliança com os pessedistas”. (FERREIRA, 2013, p. 122). Outro fato que encontrou oposição das esquerdas no governo de João Goulart foi a contratação para o Ministério da Fazenda do ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto, que herdou uma “caótica política monetária” e ainda teve o azar, apesar de todos seus esforços, de enfrentar “secas e geadas que afetavam as safras agrícolas” (MORAES, 2011, p. 123). O ano de 1963 foi marcado por muitos conflitos traçados pelas esquerdas ao governo de Jango, em que pese este ter se comprometido com as reformas de base. Os comunistas, ainda, apoiaram o movimento de rebelião dos sargentos em Brasília, em 12 de setembro. “A tomada da capital da República por cerca de seiscentos sargentos e fuzileiros navais foi interpretada como luta ‘democrática’ e ‘patriótica’ dos militares de baixa patente. O título de Novos Rumos era: ‘Sargentos são nossos irmãos’” (FERREIRA, 2013, p. 124). Esse episódio fragilizou ainda mais o governo de Goulart e as direitas “ficaram assustadas”, pois se “um grupo de sargentos e fuzileiros navais tomou a capital da República e prendeu os chefes dos poderes Legislativo e Judiciário, o que não poderia fazer a ala janguista do Exército, com seus generais e oficiais de média patente com comando de tropa?”. (FERREIRA, 2013, p. 124). Os comunistas e a FMP exigiam uma Frente Única para assumir o governo, a fim de que este fosse exclusivo das esquerdas, excluindo o PSD. “Para isso, era necessário que Leonel

Brizola aceitasse a proposta dos comunistas e formasse a Frente Única de Esquerda – união do PCB e da FMP – para governar o país. Mas que Goulart também aceitasse formar um ministério somente com integrantes da Frente Única” (FERREIRA, 2013, p. 125). Próximo ao Natal de 1963, Carvalho Pinto pede demissão. “Muros pichados no Rio de Janeiro e em Recife: ‘Contra a inflação, Brizola é a solução’” (MORAES, 2011, p. 124-125). Em todos os segmentos Brizola possui adeptos para assumir o Ministério da Fazenda, para ocupar a vaga de Carvalho Pinto. Ainda assim, Jango escolheu Nei Galvão preterindo Brizola, o que fez com que as esquerdas ficassem ainda mais indignadas. “Os integrantes da Frente de Mobilização Popular mais ligados a Brizola consideram que a escolha de Goulart os coloca ‘em posição humilhante’ e garantem que vão intensificar as críticas à conciliação do Presidente”. (MORAES, 2011, p. 129). Por todos os lados o governo de Jango enfrentava críticas e pressão. Ferreira analisa que:

Percebendo que a radicalização política impediria acordos entre o PTB e o PSD, Goulart optou pela estratégia exigida pelas esquerdas organizadas na FMP, pelo PCB, o CGT e por Miguel Arraes: o rompimento do governo com o PSD e a formação de um governo exclusivo das esquerdas. Organizado por um grupo de sindicalistas, o anúncio do comício de 13 de março de 1964 expressava a aliança do presidente da República com as esquerdas e o movimento sindical. (FERREIRA, 2013, p. 128).

Brandalise e Harres (2015), Moraes (2011), Ferreira (2004; 2013) acreditam que o comportamento de Leonel Brizola, como líder da Frente de Mobilização Popular e a aliança formada com o Partido Comunista Brasileiro contribuiu para o enfraquecimento do governo de Jango e acelerou o processo golpista de 1964. Percebe-se que João Goulart somente tomou posse de seu poder como Presidente da República, em um sistema presidencialista em 1963, e neste mesmo ano “esquerdas e direitas se enfrentaram, medindo suas forças em diversos episódios”. (FERREIRA, 2004, p. 209). Foi realmente um governo em que:

A questão central passou a ser a tomada do poder político e a imposição de projetos. Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia[...] (FERREIRA, 2004, p. 209).

Um dos líderes do PCB, Gregório Bezerra citado por Brandalise e Harres (2015, p. 189) afirmava que:

[...] nós não éramos janguistas, mas tínhamos que aproveitar João Goulart no poder, com toda aquela compreensão humanística dele, querendo melhorar a situação da massa camponesa...Goulart tinha uma posição nitidamente nacionalista, e o imperialismo não via com bons olhos, tanto assim que fez sérias restrições. E o Brizola em cima, em cima, instigando cada vez mais. Como cunhado de João Goulart, divergia totalmente dele, com seu linguajar explosivo. E o fato é que contribuiu indiretamente para a precipitação do golpe militar de 64. (BEZERRA, 2011, p.234-235).

Bradalise e Harres (2015, p. 198) observam que “a cúpula dominante do PCB não se preparou para o golpe e nem organizou uma resistência. [...] nas proximidades do golpe, levantou-se a opção da luta armada para acelerar a revolução se necessário, mas o caminho pacífico ainda era visto preponderantemente como a via preferencial”. Deste modo, as fragilidades vivenciadas desde o início do governo de João Goulart, as alianças vivenciadas entre o Partido Comunista Brasileiro e a Frente de Mobilização Popular e as tensões com as direitas, por meio dos discursos que enfatizavam um “desfecho” e “reformas na marra”, fizeram com que a sociedade, por medo da instauração do comunismo no país, apoiasse o Golpe de Estado.

### Considerações Finais

O papel das esquerdas no período de João Goulart foi crucial para, além de enfraquecer o governo, conseguir, no último suspiro deste, uma aliança com a finalidade de um Frente Única, que não obteve êxito. Desde quando o Presidente da República João Goulart assumiu o cargo, com a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, e tendo que se render a uma solução conciliatória, o parlamentarismo - que durou 16 meses - e posteriormente, ao tomar posse de todos os poderes como presidente em um regime presidencialista, vivenciou vários conflitos, crises econômicas, políticas, administrativas, e principalmente uma mobilização das camadas populares (trabalhadores sindicalizados, estudantes, entre outros). O período não foi fácil, as reformas de base prometidas por João Goulart não se consolidaram, o que motivou as esquerdas, principalmente o PCB (parte dele) e a FMP a se unirem para pressionar o governo, contudo sem estar preparados para uma revolução armada, como era recorrente se interpretar em seus discursos.

Com a adesão de Jango à Frente Única e o rompimento com o PSD, as direitas conseguiram então implementar, com o apoio da sociedade, o Golpe de Estado, a fim de que a ameaça comunista não tomasse o poder no Brasil.

### REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRANDALISE, Carla e HARRES, Marluza Marques. *Brizola e Os Comunistas - Os Comandos Nacionalistas Na Conjuntura Do Golpe Civil-militar de 1964*. ANTÍTESES. Londrina, v. 8, n. 15esp., p. 178-202, nov. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21064/17317>. Acesso em: 10 nov. de 2019.
- FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História. vol.24, n 47 São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Partido Comunista Brasileiro e o Governo João Goulart*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134- 2013.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- RAMÍREZ, Hernán. *A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar*. Estudos Ibero-Americanos, v. 38,2012, p. 62-80.

\*\*\*\*\*